

MEMÓRIA E IDENTIDADE BRASILEIRA EM BAÚ DE OSSOS

MEMORY AND BRAZILIAN IDENTITY IN BAÚ DE OSSOS

Gilberto Alves ARAUJO*

(UFPA)*

Resumo: Neste artigo pretendemos realizar uma breve análise do romance Baú de Ossos, de Pedro Nava (1974), levando em consideração os conceitos de memória e identidade, conforme Artières (1998) e Candau (2010); além das noções de autobiografia e identidade nacional, segundo Cândido (2006; 1989), Leujene (2008), Pollak (1992) e Hall (2005). Nessa perspectiva, a obra se projeta para a pós-modernidade, no sentido de fazer emergir contextos de fluidez e de mobilidade, a perda, a melancolia, a insegurança e a ausência. Em uma jornada catártica através do continuum espaço-tempo, Nava parece amenizar a incompletude e a falta, a pobreza de um homem que pensa trilhar um caminho novo. Enquanto explora o passado, ele vai exercitando a representação da identidade brasileira, isto é, a capacidade de manter a nação e seus cidadãos reconhecíveis à medida que o tempo e os eventos se esvaem. Por um lado, sua escrita, nos moldes de um pacto autobiográfico, fá-lo protagonista de sua própria história, e promove nele uma aguda consciência de si, seu ser cindido e responsabilizado. Por outro lado, seu ofício de anatomista fá-lo enxergar-se como fruto de uma coletividade muito maior, e que, de certo modo, explica-o, compreende-o, fornece-lhe razões de ser e existir.

Palavras-Chave: Literatura nacional. Memória. Identidade. Autobiografia.

Abstract: In this article we intend to do a brief analysis of the novel Baú de Ossos, by Pedro Nava (1974), taking into consideration the concepts of memory and identity, according to Artières (1998) and Candau (2010); also the notions of autobiography and national identity, following Cândido (2006; 1989) and Leujene (2008), Pollak (1992) and Hall (2005). Under this perspective, we can say this novel projects itself into the post-modernity, since it points out to fluidity and mobility contexts, loss, melancholy, uncertainty and absence. In a cathartic journey through the continuum space-time, Nava seems to reduce the incompleteness and lack, the poverty of a man who thinks he is walking down a new road. While exploring the past, he keeps practicing the Brazilian identity representation, that is, the ability of maintaining nation and its citizens recognizable as the time and events pass. On one hand, his writing, following patterns of an autobiographic pact, makes him protagonist in his own history and promotes an acute consciousness of himself, his fragmented and held responsible being. On the other hand, his occupation as anatomist makes him see himself as a result of a much bigger collectivity, which, in a certain way, explains him, involves him, provides him with reasons to be and exist.

Keywords: National literature. Memory. Identity. Autobiography.

* Mestre em Ensino de Língua e Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins. Professor efetivo de Língua Inglesa e Literaturas Anglófonas na Universidade Federal do Pará. E-mail: gilbertoa.araujo@yahoo.com.br

Introdução

Articulando a memória de um grupo (memória genealógica) à memória individual, analisamos neste artigo a autobiografia de Pedro Nava (1974), em que são relacionadas tanto uma memória particular (a memória da infância, por exemplo) quanto memórias histórico-semânticas, momento em que os relatos sobre os antepassados são recontadas pela família e/ou arquivadas (em cartas, documentos oficiais, fotografias, objetos de família).

O autor traz em sua obra memorialística uma narrativa sobre seus antepassados e sua infância, perpassando datas que vão do século XVIII até meados da década de 1960. Nesse percurso é dada ênfase principalmente à relação dos ascendentes de Nava com a configuração da cidade de Juiz de Fora, com os estados de Minas Gerais, Ceará e Rio de Janeiro (sendo os dois primeiros os mais relevantes). Além disso, a obra aborda a relação da família com a política brasileira, bem como memórias bastante particulares de algumas personagens.

Desde as páginas iniciais, aponta-se com clareza a trajetória de leitura do passado que será feita. Trazendo como epígrafe da obra o poema **Profundamente**, de Manuel Bandeira (ícone do Modernismo Brasileiro), Nava trata principalmente dos ancestrais que não mais habitam o mesmo tempo que o narrador da obra, pois “Estão todos dormindo/Estão todos deitados/Dormindo/Profundamente”.

Com riqueza de detalhes sobre as histórias dos parentes que viveram no século XVIII e XIX, a narrativa leva o leitor a imergir em uma memória envolvida pelos ares da ficção. Trazendo os artefatos arquivados de sua família, Nava torna presente as memórias que são povoadas por sua família, e o faz com abundância de minúcias.

Uma lembrança detalhista, por exemplo, é o caso da tia-avó materna, D. Irifila, que permaneceu nos anais familiares através da história oral; além de ser resgatada pelos arquivos (os objetos de cristal e prata herdado pelos seus descendentes). Essa tia decide dar uma **lição de moral** no marido, pois este gostava de jogos de azar em sua casa:

Nunca suas bandejas, seus bules e seus açucareiros de prata tinham tido tal polimento. Nunca tirara tanta toalha de renda das arcas e das cômodas perfumadas a capim-cheiroso. Nunca seus guardanapos de linho tinham recebido tal polimento. [...] E no meio da maior bandeja, a mais alta compeiteira com o doce do dia - aparecendo todo escuro e lustroso, através das facetas do cristal grosso, de um pardo saboroso como o da banana mole, da pasta de caju, do colchão de passas com ameixas pretas, do cascão de goiaba com rapadura. O comendador resplandecente destampou a compeiteira: estava cheia, até as bordas, de merda viva. [...] Não conheci o casal Iclirérico-Irifila senão de ouvir dizer. [...] Da Irifila ficou apenas a sombra no anedatório familiar (NAVA, 1974, p. 30-31).

Toda a obra está repleta dessas memórias que recebem extrema atenção na sua descrição. Elas tratam de momentos específicos que definem a identidade dos sujeitos rememorados, tal qual ocorre com D. Irifila, sempre lembrada como uma mulher de personalidade forte e controladora.

Alguns pressupostos teóricos

Os sentidos dados às experiências constituintes de identidade são vários e de variadas formas. Dizer quem sou eu está inserido necessariamente em uma narrativa sobre o passado (rememorado), isto é, implica entender quem eu fui, quais as relações do passado e dos antepassados para a configuração de um sujeito. Identidade, dessa forma, constitui-se de memória: de um grupo social, da família (genealógica), do coletivo e/ou do sujeito que se caracteriza de forma individualizada (narrativas do *self mademan*)¹.

Portanto, a formação identitária está necessariamente relacionada à memória, a um passado experienciado. Nessa direção, a memória define a identidade, mas não se caracteriza como determinante desta. Candau (2012) discute memória justamente nesse sentido: fazendo algumas considerações sobre de que forma ela configura a identidade; o autor problematiza até que ponto uma memória coletiva, que define o sujeito incorporado em um determinado grupo, interfere nos movimentos identitários². Além disso, ele ainda argumenta que a memória coletiva não deve ser uma amostragem generalizadora de lembranças de um grupo social. Essa amostragem reduz a memória do sujeito, as especificidades, considerando, dessa forma, apenas o que é do âmbito do coletivo: “toda tentativa de descrever a memória comum a todos os membros de um grupo a partir de suas lembranças, em um dado momento de suas vidas, é reducionista, pois ela deixa na sobra aquilo que não é compartilhado” (idem, p. 34).

Ainda que haja recorrências, cada memória é particular, perpassa as experiências (individuais, mesmo que sejam compartilhadas por um grupo) particulares dos sujeitos. Memória particular está relacionada à lembranças sobre o passado que, dentro de um grupo, apenas foi guardada por um sujeito.

Como defende Halbwachs (1990, p. 51), a memória está sempre localizada em um grupo, é sempre organizada a partir da relação com o outro, isto é, a “memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.

Segundo Candau (2012), a constituição da identidade está intrinsecamente ligada à memória. Essa memória não necessariamente diz respeito às experiências vividas, mas está relacionada principalmente às lembranças compartilhadas socialmente. Nesse sentido, não apenas aquilo que o sujeito vivencia faz parte de sua memória, mas também os acontecimentos

¹ Bauman (2008) argumenta que a narrativa coerente sobre o passado passa por um processo de articulação, isto é, de dar sentido à história de nossa vida. É nesse processo de articulação que podemos tentar desconsiderar o papel do outro, sendo apenas o eu virtualmente considerado na construção do passado. É nesse “irresistível [processo de] individualização” (BAUMAN, 2008, p. 16) que surge a narrativa do “*self-mademan*” – o indivíduo que pretensamente constrói a si mesmo.

² Essa interferência refere-se à determinação da formação identitária. Por exemplo, uma pessoa que convive numa comunidade racista pode entender que os sujeitos pode ser discriminado pela cor da pele, credo, cultura. Certamente, esse movimento acontece após a filiação a outras identidades.

compartilhados por uma comunidade incorporam-se àquilo que podemos chamar de memória particular.

Na obra de Nava, isso fica evidente em vários momentos, quando o narrador rememora fatos que estão arquivados nos documentos oficiais, além daqueles que foram transmitidos por sua família durante anos. Através da linguagem esses fatos se integram à memória dos narradores que os compartilha[va]m, mesmo que os sujeitos locutores não tenham, de fato, vivido tais acontecimentos. Esse é o caso, por exemplo, da narrativa sobre uma sinhá, conhecida por sua crueldade, e que foi assassinada por suas escravas. Além de constar nos “anais judiciário de Minas”, também faz parte da memória (traumática) de sua avó, Maria Luísa e do irmão desta, Júlio, quando os dois, fugindo dos cuidados da mãe, assistiram ao enforcamento das escravas condenadas à morte pelo crime de assassinato³(NAVA, 1974, p. 114). A vivacidade com que o episódio é narrado causa a impressão de que o próprio narrador esteve lá. Com efeito, é como se aquele(s) evento(s), de tão natural(is) e verídico(s) que lhe parece(m), já é(são) incorporado(s) como parte da memória de quem verbalmente o(s) reproduz.

Essas lembranças particulares e, principalmente, as memórias compartilhadas, são trazidas ao presente pela narrativa a partir dos arquivos mantidos pela família de Nava e/ou pelos documentos oficiais sobre os acontecimentos do estado de Minas que envolvem seus parentes. Assim, a memória de Nava parte de uma perspectiva de alguém que vive na década de 1960, isto é, trata-se de uma “reconstituição” do passado sob a ótica de um presente. É o momento presente que organiza e seleciona as memórias, de forma a ser uma narrativa coerente em relação ao pretérito e, principalmente, aos olhos do agora: “As memórias são [...] fraturadas; as narrativas, por sua vez, são questionadas; novas, elas têm de ser elaboradas para abarcar a realidade mais recente” (RAMOS & ERTZOGUE, 2012, p. 492).

O reconhecimento de eventos e lugares deixados no passado é recolocado à luz do presente, na relação com o outro: “Se hoje tivesse que tomar lugar dentro de um quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais” (HALBWACHS, 1990, p. 25). Casos como o do filho de uma escrava alforriada (Laura), tratado como escravo – apesar da lei conceder liberdade aos sujeitos escravizados em determinadas circunstâncias⁴ –, exemplificam bem os momentos em que o narrador descreve com certa ironia o comportamento de sua família, avaliando negativamente algumas condutas tomadas por seus ascendentes. Observamos que essa postura axiológica é fruto de seu *hic et nunc* e não necessariamente representa a postura dos atores envolvidos em cada episódio narrado.

Notando os mais diversos documentos e objetos, tão referenciados na obra como meio de reconstituir o passado, somos levados a considerar aqui o que Artières (1998) chama de arquivar a memória, isto é, selecionar

³ Seja dito em louvor de minha avó materna e de meu tio Júlio que os dois perderam os sentidos e só deram por si em casa. Depois foram dias de febre alta, semanas de terrores noturnos até que a carga emocional, como no filme de uma explosão, turcado e passado às avessas, voltasse ao seu estado potencial de simples lembrança, lembrança suscetível de reexplodir e tornar a fazer acontecer tudo que fora testemunhado (NAVA, 1974, p. 118)

⁴ Ele [Luís da Cunha] só tolerava o tempero da Laura e as gorduradas dessa negra, como também só admitia ser copeirado por um filho dela, moleque conhecido como o *Ventre Livre*, pois nascera já na vigência da Lei Rio Branco. Não era escravo, mas vivia como tal na casa dos meus avós, preso que era à mãe. Não tinha salário. Comia, vestia e apanhava de graça. (NAVA, 1974, p. 195)

(triagem) e manter artefatos que sirvam de subsídio à memória. Dessa forma, memória seria uma triagem que fazemos durante a nossa vida (passada) de acordo com uma formação ideológica compartilhada: o que está arquivado é aquilo que pode ser considerado como uma memória “relevante”, que queremos arquivar, como evidencia Nava (1974, p. 184). Esse processo, portanto, é um movimento constante, pois, enquanto recuperamos registros memorialísticos, sempre são feitas novas seleções – descartando alguns documentos e considerando outros arquivos que resgatam uma memória que desejamos manter.

As triagens nos arquivos memorialísticos apontam para uma narrativa coerente, com efeitos de leitura una– ou, pelo menos, que tenha uma direção de “leitura sem lacunas”. A partir da noção de coerência dos artefatos arquivados, das narrativas que são construídas, a memória é, então, a configuração de um *ethos* pelo sujeito que arquiva: tanto para o eu “entender um pouco melhor quem somos nós”, quanto para nossa sociedade: “Passamos assim o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos [...], e por meio dessas práticas, construímos uma imagem, para nós mesmos e para os outros” (ARTIÈRES, 1998, p. 10).

Assim, falamos aqui de uma memória que se constitui em “materialidade”, isto é, memórias registradas (fotografias, documentos - cartas, registros oficiais - objetos). Esses arquivos são trazidos em quase todas as narrativas sobre o passado de Nava, tal como é o caso de uma data contestada pelo fato de existir um documento que prova o contrário. É o episódio da chegada do primeiro marido de sua avó materna, o alemão Henrique Guilherme Fernando Halfed, ao Brasil:

Suas biografias dizem que ele veio para o Brasil em 1835. Isto não deve ser a verdade. Tenho em mãos o traslado do inventário de Dona Dorotéia Augusta Filipina, sua primeira mulher, onde se diz que em 1839, ano provável do falecimento da mesma, seus filhos tinham as seguintes idades: Pedro Maria, 13 anos; Ana Antônia, 11; Francisco Mariano, 9; Josefina Antônia, 8; Fernando Feliciano, 6; Guilherme Justino, 4; e Dorotéia Ana, meses. Não são citados os nomes de Antônio Amálio e Carlos Oto, também desse leito. Se o filho mais velho tinha 13 anos, o casamento do Halfed deve ter se dado aí por 1825 ou 1826. Portanto, sua vinda para o Brasil (mais a hipótese de ele ter vindo casado) coincide com a dos primeiros mercenários estrangeiros importados pelo nascente Império (NAVA, 1974, p. 131).

Nava se opõe à veracidade de tal data, registrada nas biografias do alemão, a partir de um documento que está sob seus cuidados. Considerando um inventário da primeira mulher de Halfed, o narrador conclui que a data de 1835 não é a mais provável em relação à chegada desses ao Brasil, pois, segundo as relações estabelecidas, em tal data o referido alemão já habitava as terras brasileiras.

O movimento memorialístico feito em Baú de Ossos em relação aos acontecimentos arquivados é o que organiza a narrativa. As memórias são resgatadas a partir dos documentos que favorecem as lembranças sobre o passado. Ao falar sobre esse tempo e os personagens que nele se movem, Nava pondera sobre o modo como as lembranças são resgatadas:

Finalmente, as genealogias servem à vaidade. Pouco, porque pensando bem, as árvores de família nunca se apresentam copadas, mas mostrando no passado o galho único que não ficou esquecido, que foi documentado, o que pode aparecer. Porque não existem famílias que não venham, a um só tempo, do trono e da lama (NAVA, 1974, p. 184)

Esse movimento de resgate, ao contrário do que possa aparentar, contempla não apenas o clã dos Nava, mas, no âmbito político e sócio-cultural, compreende a constituição discursiva e identitária de Minas Gerais, do Nordeste, do Rio de Janeiro, enfim, da nação brasileira, essa *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008).

Nesse trabalho memorial exaustivo, em recuperar o passado, percebemos, como já dissemos, uma intensa articulação entre memória e identidade, sujeito e sociedade-mundo, já que o homem não se concebe fora da coletividade. Notamos que o escritor se apresenta como “uma testemunha da história”, aquele que “toma a direção e organiza as coisas [como os arquivos] segundo a perspectiva própria de um indivíduo particular” (GUSDORF apud Villaça, 2008), mas que, sendo um inevitável fruto do meio social, fornece uma cosmo-representação ao invés de apenas uma auto-representação.

Ora, de certo modo é o gênero autobiografia que possibilita o desenvolvimento tanto dessas articulações quanto dessas representações. A saber, autobiografia pode ser entendida como uma “narrativa em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p.14).

Assim, embora o foco da narrativa seja o *si*, a autobiografia permite o exercício da relação entre a vida “particular” desse *si* (sujeito) e sua inserção num quadro social e cultural, como já sugerido anteriormente, além de perpassar o real (discurso histórico) com algumas características do texto ficcional (literatura) (PANICHELLI-BATALHA, 2011). Isso implica dizer que, ao recuperar o passado através da memória, o sujeito procura construir-se uno e coeso dentro de contextos, situações, tempos e lugares diversos à medida que narra. Nessa trajetória de auto e alter-discursivização é característica dos sujeitos sociais desejarem se reconhecer em todas as passagens, para isso procuram manter determinados traços discursivos para se enxergarem, conectarem-se ao corpo social e simultaneamente se destacarem da massa, construírem o seu *eu* (KEHL, 2012). Em outras palavras, é a narrativa autobiográfica que permite, de um lado, notar como os sujeitos vão criando e mantendo identidades, sob o simulacro da unicidade

e da originalidade, e, por outro, como a memória se constitui em termos de faculdade individual que operacionaliza um conjunto de representações coletivas (CANDAUI, 2011).

Toda a narrativa da obra em questão tende a girar em torno do personagem-narrador, Pedro Nava. Através de processos de associação e imbricação, cada objeto, fala, gesto, fragmento de passado conflui na construção de sua identidade que pode ser: certo conjunto de traços pelos quais se reitera a aparente unidade e estabilidade das representações do sujeito ou de sua coletividade; certo estado psíquico e social articulado ou, de algum modo, manifestado no discurso (CANDAUI, 2011).

A recuperação do passado mediante a narrativa autobiográfica de Nava, além de conferir sentido ao caos fluente e móvel que é a vida, gera âncoras de identificação, naturaliza a comunidade imaginada e dificulta sua transformação. Nele se pode perceber que o trabalho da memória fornece ainda fundamentos históricos à filiação a determinadas identidades. É esse processo que contribui para a formação da identidade dos sujeitos e que garante a estrutura identitária do grupo.

Reiteramos que no livro em tela a persecução da identidade se dá não apenas em relação às pessoas enquanto indivíduos peculiares, mas principalmente em relação a grupos de pessoas, com destaque para esta congregação de sujeitos a que se denomina Brasil.

Recorrendo a um empréstimo e releitura da psicologia social (POLLAK, 1992) podemos dizer que em *Baú de Ossos* há três elementos essenciais que cooperam no exercício de construção identitária nacional: a unidade física, isto é, o sentimento de ter fronteiras tangíveis e definidas, no caso o território brasileiro, ou limites de mútuo pertencimento ao grupo que habita esse lugar; a consciência de continuidade dentro da fluidez temporal; e por fim, o sentimento de coerência, de efetiva unificação do ser-existir.

A inscrição das personagens na reconstituição minuciosa das cidades, das ruas, das casas, das vestimentas, do clima, das paisagens nacionais, bem como a constante comparação entre a territorialidade brasileira e a de outros países apontam para uma busca por unidade física e pertencimento coletivo territorial.

A organização cronológica do tempo, a extrema precisão das datas, a fluidez da sequência de eventos e o encadeamento dos fatos sugerem aquela consciência de passagem e continuidade. O sentimento de coerência aduz-se, por sua vez, na manifestação, organização, articulação e tratamento dado às lembranças de Nava, por mais copiosas que sejam, portanto, propícias à confusão e ao contraditório.

Através dessas lembranças observamos a identidade em ação, os vestígios de uma capacidade de manter a si e aos outros personagens conscientes em meio a tantas transformações e relações entre trajetórias. Parece evidente

que essa habilidade é fortalecida pelo trabalho da memória genealógica de que falamos no início do texto, tendo em vista o poder que a mesma tem de gerar ou estabelecer relações entre os sujeitos mesmos e suas trajetórias entre si, numa espécie de dinâmica de mutualidade.

Isso nos permite dizer que, em Nava, memória e identidade se imbricam ao modo de Proust. Em outras palavras, a identidade, ainda que não determinada pela memória, é, em grande parte, construída pela força dessa à medida que pode também orientá-la (TONKIN *apud* CANDAU, 2011).

Embora possa parecer, quando se menciona lembrança e memória não se pretende operar sinonímia, pois se admite que haja uma relevante distinção entre elas: ao passo que a memória (num sentido lato e global) opera procurando conservar as impressões por fio condutor de coerência e sentido, a lembrança funciona como faculdade antitética da mesma, que tende a desintegrar essas mesmas impressões (CANDAU, 2011). A lembrança é essencialmente evocação, complexidade, fragmentação, ancoragem fugaz e contextual.

Com efeito, podemos afirmar que para construir a identidade de seu país Nava parte das lembranças, da incompletude; o que restou do vivido, índices do tempo, vestígios preservados na memória, Baú de Ossos. O escritor parece achegar-se ao artifício do anatomista, do paleontólogo e do arqueólogo: “[...] partindo de um dente para construir a mandíbula inevitável, o crânio obrigatório, a coluna vertebral decorrente e, osso por osso, o esqueleto da besta [...] que da curva de um pedaço de jarro conclui de sua forma restante” (NAVA, 1974, p. 41).

A partir disso, podemos pressupor que na obra em discussão a construção da identidade brasileira demanda imaginação ou um trabalho ficcional capaz de atribuir carne ou massa a esse esqueleto inerte. Porém, não é isso o que se depreende do *pacto autobiográfico*⁵ de Nava, no qual se nota um desejo de que sua obra não seja lida como ficção, mas como um relato memorialístico verídico.

Nesse sentido, Baú de Ossos apresenta-se como *discurso homodiegético* (GENETTE *apud* BARROS, p. 3), pretensamente não-ficcional, no qual autor, personagem e narrador se confundem, e se esforçam por comprovar as coisas e os personagens descritos, por conferir autenticidade à narrativa. Para tanto, os eventos narrados são tratados como experienciados/testemunhados, reconstituídos genealógica e arqueologicamente, como expressão de uma verdade. Não é gratuito o esforço que ele emprega para atribuir à sua narrativa não somente um caráter verossímil, mas também verídico: “juntar à verdade o verossímil que não é senão um esqueleto de verdade encarnado pela poesia” (NAVA, 1974, p. 67).

Por intermédio dessa diligência do escritor vemos consolidar-se o país politicamente conturbado, *tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza*. A representação identitária que habita o imaginário social ganha

⁵ “O Pacto autobiográfico é uma espécie de proposta do autor, um discurso dirigido ao leitor que visa estabelecer um contrato de leitura. Esse contrato é baseado, acima de tudo, na afirmação de identificação entre autor, narrador e personagem. Essa identificação é feita através do uso do nome próprio e pode ser estabelecida de diferentes formas” (LEJEUNE *apud* FAULHABER, 2012, p. 2).

corpo, vez e voz pelas palavras de Nava. Uma representação embebida de bastante ironia e humor, o que pode causar certa sensação de deslocamento dessa identidade brasileira. É assim que o processo de pertencimento e articulação mútua entre as personagens e aqueles três elementos essenciais de identidade (de que nos fala Pollak) se vai tecendo em cada parágrafo, peripécia, em cada resto mortal que emerge do Baú de Ossos.

Torna-se, pois, impossível dissociar a identidade dos Nava daquela que se sustenta como inerente ao Brasil. Ele naturaliza a identidade da nação filiando-a constante e intrinsecamente à história da vida privada, ancorando-a aos artefatos, relatos, enfim, à trajetória de sua família.

Desse modo, a ficção talvez opere um papel importante nesse trabalho de ancoragem, preenchendo as lacunas e os vácuos, o esquecimento, para manter a conservação do si e do Brasil através do tempo (ver RICOUER, 2007). Mesmo sendo as experiências, testemunhos, indícios materiais/simbólicos abundantes em Nava – “Não preciso recriar o sobrado de Joaquim Feijó de Melo porque este eu conheci. Basta recordar” (NAVA, 1974, p. 43) – nem sempre eles são copiosos para facilitar a recriação – “Um fato deixa entrever uma vida; uma palavra, um caráter” (NAVA, 1974, p. 41). Por isso, faz-se necessária a interferência do ficcional, que na visão do narrador nada mais é do que a projeção da hipótese mais provável – talvez, a única digna de credibilidade.

Contudo, sabe-se que até mesmo o simples *recordar*, ruas, praças, casas, faces, eventos históricos, fatos desconhecidos ou notórios, cidades inteiras, carece de certo ar ficcional, de *representação semântica* e não apenas *factual* (CANDAU, 2011), pois a narrativa para fornecer/ser sentido à vida demanda obviamente esforço de (res)significação. Partindo dessa premissa, poderíamos não apenas dar crédito à máxima popular que diz que “*recordar é viver*”, bem como sugerir que essa não é uma tarefa de “reviver” (viver novamente e do mesmo modo), mas de construir a si e ao mundo cada vez de forma sensivelmente distinta. Nas palavras de Candau (idem, p. 74): “[...] todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade”.

Através do recordar, a simples seleção de determinados eventos, espaços e pessoas, e não outros, que aparecem no discurso de Nava, é um processo de construção da identidade e da memória do Brasil. Isso é possível se considerarmos que as distintas articulações ou encadeamentos dessas escolhas já são capazes de configurar, por si só, deslocamentos sensíveis na imagem identitária nacional ou nas possibilidades dessa representação identitária. Daí se dizer que o imaginário social sobre a identidade brasileira ganha corpo em Baú de Ossos, porque essa seleção, não obstante a ação profunda do humor e da ironia, opera-se na obra de forma canônica, com os episódios e personagens mais emblemáticos da história do país. A ficção

perpassa o conjunto dessas escolhas, mas o faz apenas na medida necessária e suficiente para que a identidade nacional naturalizada não se subverta enquanto se mostra interessante e intrigante.

Nesse sentido, reiteramos que o memorialista mineiro mescla mui habilmente *fatos* históricos, memória e ficção (ver FRANZEN, 2012), e acaba, de certa forma e sob um ponto de vista macroestrutural, por reconstituir essa comunidade a que se chama Brasil. Certamente, essa tarefa é uma arte para além da descrição, implica leitura, interpretação, transsubstanciação, emoção e imaginação que a tudo e a todos tece.

O encontro do narrador com o passado traz à tona lugares, personagens e um tempo banhados pela poesia, esta energia que o conduz a uma catarse, a uma narrativa terapêutica (como ele mesmo sugere), que busca o paraíso perdido, talvez um similar ao que aborda Proust. Pela imaginação e pelas leituras artística, política, sociológica, Nava restaura um passado que permanece mesmo assim um Frankstein, uma colcha de retalhos, uma ilusão de coerência. Um Brasil de múltiplas origens e pluri-étnico, historicamente conturbado, mas incrivelmente rico e intrigante surge de seu relato.

Fora dessa imaginação/ficção as palavras, pessoas, lugares, a nação e os períodos mencionados seriam mais comuns, mais simples e provavelmente não se teriam constituído preciosos elementos literários em uma dimensão outra, que é a das personagens com seus espaços, tempos e psiques (CÂNDIDO, 1989).

Embora Ennes de Souza, Iclirérico Pamplona, Luis da Cunha, Dona Luiza e Dona Irifila pareçam seres únicos, o que é próprio do romance moderno, prevalece em Nava a atmosfera existencialista de Kafka, e um desejo de aduzir seus grandes personagens em sua complexidade, em sua qualidade enquanto exemplar de dada espécie. Talvez por esse cambiar entre o particular e o universal, e certamente pelo tratamento ficcional “que dá ares de invenção à realidade” (CÂNDIDO, 1989, p. 61), eles se tornem tão marcantes, fortes, expressivos.

Ainda através dessa ficção percebe-se que entre a identidade dos personagens e da nação existe um simulacro, um jogo de projeção e representação recíproca. Observa-se que o país é mais que o Estado ou uma instituição política, é um sistema de representação cultural. As pessoas reconstruídas por Nava integram a noção de Brasil a partir do que se entende por cultura nacional. Elas são participantes de uma comunidade simbólica que tem um poder intro e retroativo de produzir sentimento identitário, porque gera sentidos com os quais se deseja identificar (HALL, 2005; SCHWARZ apud HALL, 2005).

Ao lado do simbólico, o mundo físico/material (além dos arquivos) ocupa um espaço crucial na construção da memória e na identidade brasileira, de tal modo que se reflete mesmo na estrutura da obra de Nava. Os capítulos de Baú de Ossos recebem nomes de espaços geográficos, metonimicamente

usados para reerguer a unidade nacional na diversidade e na territorialidade: Setentrião (referência as regiões Norte e Nordeste), Caminho Novo (Zona da Mata em MG), Paraibuna (afluente do rio Paraíba do Sul às margens do qual se encontra Juiz de Fora), Rio Comprido (bairro tradicional da Zona Norte do Rio de Janeiro).

Não obstante o fato de que tais alusões possam limitar as possibilidades de ressignificação ou ser usadas meramente para obter efeitos de verdade, Nava utiliza sua tangibilidade no sentido de operar aquele jogo entre o verídico e o ficcional, a lembrança e a memória, a memória pessoal e a coletiva.

Para além das paisagens e das personalidades, os conflitos políticos administrativos e os governos ocupam um lugar significativo na narrativa, desde o Império até a República. Através deles, bem como das artes, pode-se vislumbrar um desejo de equiparação (irônica?) com a Europa e os demais países, e ao mesmo tempo nota-se a busca pela distinção – enfim, características do modernismo literário pelo qual o escritor mostra-se influenciado. Por isso a presença do relato exaustivo, tão copioso de arquivos, tão irônico para com os traços identitários autóctones nos episódios da história nacional, os quais se manifestam com “translucidez” tal que é possível ver neles indícios de um caráter universal que habita todas as coisas.

Considerações finais

É comum perceber, dentre tantas outras coisas, que as obras de Pedro Nava tendem a ser tratadas pelo grande público apenas como frutos de um modernismo famigerado, regido pelo desejo de constituição de uma identidade nacional “autêntica” e, talvez, suficientemente forte para resistir ao poderio do universo de prescrições europeias. Em suma, produções artísticas que rompem com um passado de estilos e filosofias consideradas estrangeiras e inférteis, à procura de uma nova perspectiva sobre a vida e o mundo ao qual se integram.

No entanto, uma abordagem de Baú de Ossos (como o exemplar primeiro daquele escritor) sob a ótica das concepções de memória, identidade brasileira e autobiografia, permite-nos afirmar que essa obra supera as expectativas que se constrói acerca do estilo literário modernista comum. Ao mesmo tempo em que se tece nessa linguagem estética, a obra se projeta para a pós-modernidade. Isso implica dizer que é patente em sua criação literária, em seu relato memorial (seja como for), o contexto de fluidez e de mobilidade, a perda, a saudade, a melancolia, a insegurança e a ausência.

Em uma jornada catártica através do continuum espaço-tempo, Nava parece amenizar a incompletude e a falta, a pobreza de um homem que pensa trilhar um caminho novo, quando na verdade está apenas tentando reconstruir o que imagina ter sido sua trajetória de vida, seu percurso nesse mundo, sua autobiografia. Assim, recuperar o passado requer donarrador

muito mais que suportes materiais ou muletas de memória, exige um agudo trabalho genealógico, no qual a memória opera as filiações dele consigo mesmo, com outros, e com o pretérito.

Enquanto explora o passado, ele vai exercitando a representação da identidade brasileira, isto é, a capacidade de manter a nação e seus cidadãos (membros de uma comunidade imaginada) reconhecíveis à medida que o tempo e os eventos se esvaem. Desse exercício apreendemos os sistemas cultural e social brasileiro, cujos traços são verdadeiros sustentáculos dessa *recognoscens*, férteis elementos simbólicos que, tecendo a história de vida dos sujeitos sociais, constituem sentido à nacionalidade.

Por um lado, a escrita de Nava, nos moldes de um pacto autobiográfico, fá-lo protagonista de sua própria história, e promove nele uma aguda consciência de si mesmo, de seu ser cindido, desgarrado, responsabilizado; o que lhe pode causar ainda mais saudade e melancolia. Por outro lado, seu espírito de médico, seu ofício de anatomista, bem como sua ascendência historiográfica quase positivista, fazem-no se enxergar como fruto de uma coletividade muito maior, e que, de certo modo, explica-o, compreende-o, fornece-lhe razões de ser e existir.

E é assim, dentro desses lados tão complementares e aparentemente opostos, que se articulam a memória do escritor e do grupo social que o constitui; é nesse quadro que a emersão das lembranças desestabiliza as impressões que a memória, inevitavelmente coletiva, procura conservar mediante um fio integrativo ou elo condutor de significação.

Se a incerteza e a insegurança insistem em abater o espírito dos personagens, age o narrador/protagonista para encontrar meios de fazer com que suas trajetórias de vida (inclusive a sua própria) façam sentido. E se, por sua vez, o tempo cronológico/positivista é cruel, e deglute os ossos do baú melancólico, tornando-os cada vez mais escassos, a poesia e a imaginação bastam para revitalizá-los com toda a sorte de carne, veias, vasos, sangue e tudo o mais que a engenhosidade de Nava possa criar.

Referências

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar a Própria Vida. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 9-34, 1998/1.

BARROS, M. L. P. de B. As três identidades do discurso autobiográfico: reflexões sobre a obra de Pedro Nava. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 2, dez. 2012.

BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada**: Vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CANDIDO, A. Poesia e ficção na autobiografia. In: _____. **A educação pela noite**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p. 61-86.

_____. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

FRANZEN, J. Sobre ficção autobiográfica. In: _____. **Como ficar sozinho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 270-290.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

KEHL, M. R. **Minha vida daria um romance**. Disponível em: <http://www.mariaritakehl.psc.br/>. Acesso em: 05 ago. 2012. p. 1-27.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

NAVA, P. **Baú de Ossos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.

PANICHELLI-BATALHA, Stéphanie. Testimonio antes y después del alba. **Revista Internacional d'Humanitats**. n. 23, p. 27-38, out-dez, 2011.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAMOS, D. V.; ERTZOGUE, M. H. Performance biográfica e narrativa no Caribe: um estudo de La consagración de la primavera, de Alejo Carpentier. **Revista Brasileira do Caribe**, UFMA/FAPEMA, Jan/Jun, 2012.

RICOUER, P. Memória pessoal, memória coletiva. In: _____. **Memória, história e esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 105-142.

VILLAÇA, C. R. Pedro Nava: os caminhos da memória entre o esquecer e o lembrar. **Ipotesi - Revista de Estudos Literários**, Juiz de Fora, p. 69-7, jun. 2008

Recebido em abril/2017.

Aceito em novembro /2017.